

A importância da práxis educativa entre direção e base no partido revolucionário: uma leitura a partir de gramsci

Jefferson Vasques Rodrigues - Grupo PAIDÉIA - Filosofia da Educação -Faculdade de Educação – UNICAMP

GT 3 – controle operário e autogestão

RESUMO

Partindo da compreensão de que, por determinações materiais e históricas, a direção partidária se apresenta como pólo teórico (no papel de educador-dirigente), e a base partidária, como pólo prático (no papel de educando-dirigido), analisamos as características da práxis educativa entre esses dois sujeitos dentro do partido revolucionário a partir da reflexão de Antonio Gramsci. Avaliamos as possibilidades de uma práxis educativa emancipadora entre esses dois sujeitos, em que se desenvolva a autonomia dos educandos (base/classe) e se garanta a educação do próprio educador (direção/partido). Para tanto, analisamos, inicialmente, a práxis educativa no processo revolucionário como um todo: em seu momento teórico e prático, como processo de hegemonia e como produtora de nova cognoscibilidade. Em um segundo momento, analisamos o partido revolucionário como a organização que se apresenta, potencialmente, como melhor educador coletivo da classe trabalhadora. E, por fim, evidenciamos a importância estrutural da práxis educativa entre dirigente e dirigido dentro do partido para o processo revolucionário: a potencialidade emancipadora dessa relação (em que se desenvolve a autonomia dos educandos e se garante a educação do próprio educador), assim como, os riscos de possíveis deformações.

Palavras-chave: partido revolucionário; educação política; Gramsci

INTRODUÇÃO

Desde o fim do chamado “socialismo realmente existente”, na extinta União Soviética, a teoria marxiana enfrenta cada vez mais intensos questionamentos. Ainda mais atacado que Marx, Lênin entraria para a “história oficial dos vencedores” associado à violência irracional e ao autoritarismo, deturpação que influenciaria não só as massas, como parcelas da própria esquerda. O pensamento leniniano e o partido leninista, equivocadamente associados ao stalinismo, passavam assim a serem vistos preconceituosamente por uma geração de novos ativistas, sendo, em geral, tomados por “ultrapassados” na Academia.

Tal ideologia conservadora é reforçada pelo atual descenso das lutas populares e socialistas, em que os partidos comunistas se apresentam, ora corrompidos pela disputa institucional do Estado, tornando-se, a exemplo dos partidos burgueses, meras legendas partidárias, ora com pequena influência real sobre a vida de importantes setores da classe trabalhadora devido à sua extrema fragmentação e incapacidade de unidade.

Essa conjuntura contra-revolucionária esfacelou a influência comunista junto aos trabalhadores, abrindo espaço para que uma nova hegemonia se estabelecesse junto aos militantes, promovida por uma Nova Esquerda em que novos movimentos sociais, um novo sindicalismo e novos partidos superariam a herança do marxismo e leninismo “ortodoxos” com sua “pluralidade” e novas formas “democráticas” de atuação. Essa nova hegemonia, que tem início na década de 60, estende sua influência até os dias de hoje com um discurso e que-fazer político adaptados para nosso momento. Ouvimos, com frequência, novos termos para antigas propostas, como: “esquerda light”, “socialismo democrático” e revolução cidadã.

O partido leninista, distorcido em seu sentido radical pela burguesia e estigmatizado pela Nova Esquerda, passaria a ser rechaçado por toda uma nova geração de ativistas. Na base dessa negação, encontra-se a crítica a toda proposta organizativa que estabeleça relações verticais – ou seja, baseadas na separação entre líderes e liderados, dirigentes e dirigidos -, e qualquer espécie de centralismo. Acompanhando esse questionamento da vanguarda, encontra-se a defesa da horizontalidade nas organizações revolucionárias, do espontaneísmo, assim como a supervalorização do saber popular. Não é à toa que a negação do partido é acompanhada em sentido inverso pela coroação – quase incondicional - dos “novos” movimentos sociais como os postos mais avançados da luta revolucionária.

É motivado por esse contexto – em que se faz necessário um balanço da crítica feita pela burguesia, pela Nova Esquerda e por certos segmentos do Anarquismo à teoria revolucionária marxista-leninista- que nasce a presente pesquisa. As reflexões de Antonio Gramsci – um dos maiores expoentes do pensamento revolucionário - tornam-se ponto de partida fundamental para se fazer esse balanço e pensar a revolução nos dias de hoje. Gramsci absorve as bases do pensamento marxiano e leniniano e as renova ao aplicá-las de forma criadora à sua própria época. Reafirma a necessidade da revolução e do partido revolucionário, repensando a estratégia revolucionária para uma sociedade mais complexa do que a conhecida por Marx e Lênin. Não só por isso Gramsci é um pensador fundamental para nosso tempo, mas também por debater ao longo de toda sua obra, de forma direta ou indireta, a práxis educativa revolucionária, enfrentando um conjunto de temas que ainda hoje causam polêmica, como a relação entre dirigentes e dirigidos, coerção e consenso, direção e espontaneidade, o papel dos intelectuais e a produção do conhecimento.

Partindo da compreensão de que, por determinações materiais e históricas, a direção partidária se apresenta como pólo teórico-histórico no papel de educador-dirigente e a base

partidária, como pólo político-prático no papel de educando-agente, buscamos analisar através do pensamento de Antonio Gramsci a estrutura organizativa do partido revolucionário – proposto originalmente por Lênin -, avaliando a potencialidade e os riscos de deformação da práxis educativa estabelecida entre direção e base.

1. A PRÁXIS EDUCATIVA NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

A revolução comunista nasce da conjunção de condições objetivas e subjetivas. Logo, não basta vontade revolucionária para realizar uma revolução. Um período revolucionário apenas se apresenta quando a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as estratificadas relações sociais de produção atinge tensão máxima, momento em que as classes dominadas não suportam mais viver nas condições miseráveis em que se encontram e as classes dominantes não conseguem governar (MARX, 2007, p. 45-46).

No entanto, essa dependência de certas condições objetivas não faz da revolução comunista um processo mecânico, que se desenvolve por si mesmo inevitavelmente. É fundamental a construção de condições subjetivas que permitam ao proletariado, ou à parte dele, a tomada de consciência revolucionária, ou seja, a passagem de uma consciência econômico-corporativa para a consciência de classe até a consciência revolucionária. É, portanto, a *práxis educativa revolucionária* fator essencial na construção das condições subjetivas da revolução, formando - a partir de método, teoria e práticas revolucionárias - os sujeitos revolucionários que agirão sobre as condições objetivas, buscando dar início e levar a cabo a revolução.

Marx e Engels desenvolveram um método revolucionário, o materialismo histórico dialético, que permite a análise científica do desenvolvimento histórico da humanidade e do sistema capitalista, indicando a necessidade da revolução comunista através de seu sujeito revolucionário, o proletariado. Mas, entre o sujeito revolucionário e a teoria revolucionária há um dilema eminentemente pedagógico e organizativo não solucionado, mas apenas esboçado na obra marxiana¹.

Coube a Lênin, no início do século XX, a elaboração teórico-prática de “um partido de novo tipo” (LÊNIN, 1975), sintetizando os traços gerais da teoria da revolução e do partido revolucionário, desenvolvendo uma “pedagogia histórica” (MANDEL, 1979) que busca solucionar o problema da transformação da consciência de classe potencial, sindical, em consciência de classe real, política e revolucionária.

Gramsci, por sua vez, vivendo em uma sociedade mais complexa, apropria-se da “pedagogia história” de Lênin através de uma “relação produtiva e criadora, que jamais se esgotará na simples aplicação (...) do leninismo, mas sim na tradução e desenvolvimento do leninismo.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 27).

Para melhor compreensão da teorização de Gramsci acerca práxis educativa no processo revolucionário, a decompomos em quatro aspectos: 1) a práxis educativa em seu

¹ “No que diz respeito à organização política, Marx e Engels sempre mostraram sua necessidade para poder impulsionar a práxis revolucionária. (...) No entanto, não obstante as referências que podemos encontrar nesse ponto ao longo da obra de Marx, não se pode dizer que exista nela uma teoria do partido, e menos ainda do partido único da classe operária. Isso se explica, em primeiro lugar, por que o decisivo para ele é a classe como protagonista revolucionário fundamental e, em segundo lugar, por que os partidos operários – assim, no plural – apenas expressam diversos níveis de consciência e ação da própria classe. Marx não se preocupou, em consequência, em elaborar princípios organizativos com validade universal” (VÁSQUEZ, 2007, p. 318).

momento teórico, ou seja, como formação política que possibilita a compreensão crítica da sociedade e de si; 2) a práxis educativa em seu momento prático, ou seja, como processo de formação de consciência; 3) a práxis educativa revolucionária, ou seja, a práxis educativa em sua unidade teórico-prática exercida através de um ser coletivo, promovendo uma nova cognoscibilidade que gera novo conhecimento e novas práticas; 4) a práxis educativa como processo de construção da hegemonia proletária.

Para compreender a tensão existente na práxis educativa entre esses sujeitos (intelectuais e simples, direção e base, governantes e governados), parece-nos fundamental entender a concepção de Gramsci acerca da tensão entre coerção e consenso, espontaneidade e direção, que constituem, conforme Manacorda (2008, p. 76), um dos eixos da reflexão pedagógica de Gramsci.

Para Gramsci, o espontaneísmo, em termos pedagógicos, é uma involução. A educação não é o desenvolvimento natural de algo que já se encontra nos indivíduos. Ao contrário, trata-se de uma luta contra os instintos, “uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e criar o homem ‘atual’ com relação à sua época.” (GRAMSCI, 2006, CC 1, §123, p. 62). A pura espontaneidade apenas permitiria que o educando reproduzisse o que já apreendeu em seu convívio social, “coincidiria com a mecanicidade ‘pura’” (GRAMSCI, 2002, CC 3, §48, p. 194), ou seja, com a reprodução de seus condicionamentos. Alguém que se afirma livre por agir espontaneamente estará, pelo olhar de Gramsci, expressando sua condição histórica, não mais que isso.

Isso não significa que Gramsci renegue a espontaneidade, elemento fundamental na práxis educativa revolucionária. O que Gramsci nega é a exclusividade ou centralidade desse fator, como analisa Broccolli (1977, p. 101): “A concepção educativa gramsciana vista em seu desenvolvimento não exclui a espontaneidade; mas aponta sobretudo para destruir o mito do espontaneísmo, que é a falta de compromisso moral e pedagógico.” A espontaneidade não é desprezada, mas educada, tornando-se historicamente eficiente: “Essa unidade da ‘espontaneidade’ com a ‘direção consciente’ (ou seja da ‘disciplina’) é justamente a ação política real das classes subalternas.” (GRAMSCI apud MANACORDA, 2008, p. 225).

Espontaneidade e direção, coerção e consenso devem ser compreendidos, portanto, não como termos antagônicos: “Dialeticamente, Gramsci considera que é necessário partir da espontaneidade, ou seja, do senso comum, mas por meio de uma intervenção hegemônica que não se apóia no consenso, como já se viu, mas na ‘direção’” (MACIOCCHI, 1977, p. 184-185). Para Gramsci, essa “intervenção hegemônica” junto aos trabalhadores só é possível através de um organismo coletivo: “forma histórica do processo de libertação interior pela qual o operário passa de *executor* a *iniciador*, deixa de ser *massa* para se tornar *líder* e *guia*, deixa de ser braço para se tornar cérebro e vontade.” *L’Ordine Nuovo* em 04/08/1920 (GRAMSCI, 2004b, vol. 2, p. 419).

2. O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMO EDUCADOR COLETIVO

Concordamos com Lukács (In: Fornazieri, 1987, p. 80) quando afirma ser o problema da organização revolucionária “o mais profundo problema intelectual do desenvolvimento revolucionário” e, ao mesmo tempo, uma das questões teóricas menos estudadas, constituindo verdadeiro “ponto cego” dentro do corpo da teoria revolucionária marxista. Lênin foi o primeiro pensador marxista a devotar enorme atenção às

questões organizativas. Em seu discurso proferido no dia 18 de março de 1919, em memória de Iakob Mijailovich, secretário-geral do partido bolchevique, Lênin aponta a violência revolucionária como necessária, mas pontual, já que só em determinados momentos do processo revolucionário sua utilização é legítima. Muito mais importante e de caráter permanente é a organização dos trabalhadores, constituindo-se como “(...) o atributo mais essencial na revolução, bem como pressuposto de sua vitória...” (LÊNIN, 2006, p. 203).

Gramsci, a exemplo de Lukács e Lênin, também concentra sua atenção na questão organizativa: parte da necessidade de absorção da cultura burguesa e chega à possibilidade de elaboração de uma cultura proletária, expressa em estruturas organizativas novas. (BROCOLLI, 1977, p. 53). Segundo o filósofo italiano, a massa humana não se torna independente “para si” sem organizar-se. Toda organização política representa um momento de consciência, seja de um grupo que se une para reivindicar a instalação de luz elétrica em sua rua, seja um movimento que se organiza em plano nacional para lutar pelo direito a terra, ou uma organização partidária que se propõe tarefas de ação e reflexão próprias da abrangência do Estado.

Em outros termos, para que se constitua uma organização é necessário que o pólo teórico (consciente) da práxis educativa tenha se especializado e autonomizado, ou seja, que um certo grupo/classe tenha conseguido emanar uma camada de intelectuais que, como organizadores e dirigentes, atuem com e sobre seu grupo/classe de origem, de forma orgânica. Esse processo de autoconsciência histórica da classe trabalhadora é a constituição do próprio partido revolucionário (GRAMSCI, 2004a, CC 11, §12, p. 104). Gramsci acredita no princípio leninista no qual a organização “‘se cria de cima’, no sentido de que tem prioridade o momento da consciência, da racionalidade, da direção.” (COUTINHO, 1999, p. 141). E, quanto mais amplas e complexas são as organizações, maior é a demanda pela especialização de um corpo intelectual, maior a demanda pela especialização da teoria.

Atualizando a discussão de Maquiavel acerca do poder político, Gramsci irá afirmar que o “moderno príncipe”² não pode ser um indivíduo singular, mas sim um organismo agente da vontade coletiva, já que as transformações históricas necessárias para a superação do capitalismo só podem ser realizadas por um ser-coletivo, aglutinador das vontades dispersas e fragmentárias. Esse organismo social coletivo “já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.” (GRAMSCI, 2002, CC 13, §1, p. 16).

O partido revolucionário é o destacamento de mais ampla consciência, pois luta por superar a mais complexa e profunda contradição da sociedade capitalista: a contradição entre capital e trabalho. O partido é um proto-Estado, germe da nova forma de organização social: desenvolve na sociedade civil a mesma função que o Estado na sociedade política, de organizador da hegemonia. (GRAMSCI, 2006, CC 12, §1, p. 24).

Para Gramsci (2004a, CC 10, § 12, p. 320), o partido de Lênin é um “aparelho hegemônico” e, por isso, afirma o “princípio teórico-prático da hegemonia”. Através do partido revolucionário, pode-se construir um bloco hegemônico (unidade entre teoria e prática, partido e classe, direção e base), permitindo a tomada de consciência dos conflitos da estrutura no terreno das ideologias, catalisando a “vontade coletiva” segundo uma nova

² “Príncipe moderno” é como Gramsci nomeava o partido revolucionário, atualizando a função do “príncipe” desenvolvida por Maquiavel.

ética e cultura proposta.

Gramsci entende a “vontade coletiva” como a “consciência operosa da necessidade histórica”, ou melhor, a consciência das necessidades históricas que se coloca em ação de transformação (GRAMSCI, 2002, CC 13, §1, p. 16). As necessidades históricas são “captadas” e formuladas pela classe dirigente de intelectuais do partido a partir da unidade entre a teoria revolucionária acumulada e as contradições vividas pela base partidária (constituída pelo mais amplo espectro de setores da classe). Essa análise concreta das necessidades concretas converte-se em programa, estratégia e tática que guiam a ação do partido sobre o ambiente.

É fundamental, portanto, que o partido possa realizar uma síntese entre os problemas reais da base, as lutas espontâneas da classe, e a capacidade dirigente e intelectual da direção, para realizar a justa análise do real, funcionando como um mediador entre a subjetividade-militante e a objetividade-das-massas, entre o conjuntural e o histórico, entre o econômico e o ético-político. Portanto, o “moderno príncipe” é o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar um terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna, o comunismo. (GRAMSCI, 2002, CC 13, §1, p. 18).

3. A PRÁXIS EDUCATIVA ENTRE DIREÇÃO E BASE

Concordamos com Coutinho (1999, p. 80) quando afirma que Gramsci estabelece a relação entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, como o “primeiro elemento”, a “célula” da política. É a partir desse “primeiro elemento” que Gramsci desenvolverá toda sua “teoria pedagógica”, desdobrando-se: na relação necessária e dialética entre coerção e consenso; em sua teoria acerca do papel do intelectual e do partido político; em sua visão do Estado como sociedade política e sociedade civil; e, em seu conceito de hegemonia: “Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irredutível (em certas condições gerais).” (GRAMSCI, 2002, CC 13, §4, p. 324).

Dado que a divisão entre dirigentes e dirigidos é fato materializado pelo desenvolvimento histórico, a questão mais importante, para Gramsci, torna-se compreender qual a melhor forma de se dirigir, ou seja, como formar dirigentes e como desenvolver formas racionais de “obediência” por parte dos dirigidos, promovendo a unidade entre a teoria e a prática e a produção de novo conhecimento. (GRAMSCI, 2002, CC 13, §4, p. 324).

A unidade entre teoria e prática, ou seja, o desaparecimento das relações verticais entre o dirigente (pólo teórico) e base dirigida (pólo prático), deve ser equacionada como um devir histórico, que só pode se completar com transformações estruturais que superem a forma capitalista de produção. Logo, a existência da separação entre dirigentes e dirigidos é, para Gramsci, uma situação, logo não representa de forma alguma uma solução (MACIOCCHI, 1977, p. 264-265).

Saviani (2009, p. 63; pp. 67-68) faz uma interessante análise da dinâmica das relações educativas entre educador e educando no contexto escolar que pode nos ajudar a compreender a dinâmica das relações educativas entre direção e base no contexto partidário. A direção partidária, enquanto educador (pólo teórico), possui uma “síntese

precária” do real; já, a base militante, enquanto educando (pólo prático), possui uma compreensão de “caráter sincrético”. Faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento de uma “pedagogia revolucionária”, em que os educandos (base partidária) ascendam ao nível sintético do educador (direção partidária), e este, conseqüentemente, reduza a precariedade de sua síntese, já que sua compreensão torna-se mais orgânica a realidade da base. Através dessa práxis educativa, o partido pode formar “intelectuais orgânicos” à classe trabalhadora, aglutinando a vontade coletiva transformadora e funcionando como “intelectual coletivo” que constrói sua “hegemonia” proletária visando à revolucionarização das relações sociais. A práxis gramsciana parte, portanto, da “necessidade de uma permanente renovação da teoria e da prática do partido dos trabalhadores, em consonância com a renovação do próprio real e como condição para desempenhar adequadamente a função para a qual foi criado.” (GRAMSCI apud COUTINHO, 1989, p. 110).

Segundo Macciocchi (1977, p. 287), é essa contraposição dialética entre intelectuais e simples, dirigentes e dirigidos, educador e educando, enfim, entre teoria e prática, que permite, no pensamento de Gramsci, a recondução à unidade do real. Essa recondução é essencialmente um problema pedagógico que o filósofo italiano enfrenta com os instrumentais analíticos próprios da filosofia da práxis. É só através desta relação de contraposição dialética que a filosofia pode se tornar história, ou seja, força concreta na construção da “autonomia histórica” da classe trabalhadora em sua luta por superar a divisão em classes. Nesse movimento, nessa práxis educativa revolucionária, a filosofia “depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’.” (GRAMSCI, 2004a, CC 11, §12, p. 100).

4. AS DEFORMAÇÕES NA PRÁXIS EDUCATIVA ENTRE DIREÇÃO E BASE

Em certa trecho dos Cadernos do Cárcere, Gramsci (2004a, CC 15, § 74, p. 266) se questiona sobre a possibilidade de criar um “conformismo”³, um ser coletivo, sem fanatismos, sem deformações, “em suma, de modo crítico, como consciência da necessidade livremente aceita porque ‘praticamente’ reconhecida como tal, através de um cálculo de meios e fins a adequar”? (Ibidem, p. 266).

Gramsci desenvolve todos seus estudos afirmando essa possibilidade, mas sabe a dificuldade de realizá-la. Há um grande risco de deformação na práxis educativa revolucionária quando a teoria ou a prática passa a ser vista como acessório. Essa “desvinculação dialética”, segundo Gramsci, demonstra que se passa por uma fase primitiva em que ainda não se conseguiu amalgamar na superestrutura as vontades heterogêneas, em que não se conseguiu ainda fundar o “momento cultural” de unidade. (GRAMSCI, 2004a, CC 11, § 12, p. 105).

O partido revolucionário não está isolado das relações burguesas. Lênin e Gramsci sabiam disso: os militantes que constituem o corpo do partido revolucionário são indivíduos formados na sociedade capitalista e por ela corrompidos. Isso não implica aceitar essa educação e os vícios próprios das relações burguesas. Lênin sabia da necessidade de se criar “dispositivos e garantias organizativas próprias para contrariar as conseqüências corruptoras dessa situação, para corrigir imediatamente o seu inevitável

³ Para Gramsci, “conformismo” não é “nada mais que ‘socialidade’” (GRAMSCI apud RAGAZZINI, 2005), ou seja, todos somos conformistas de algum conformismo, pois todos somos seres sociais envolvidos numa teia de relações que constituem a sociedade atual.

aparecimento e eliminar as excrescências assim originadas.” (LUKÁCS In: FORNAZIERI, 1987, p. 77).

As relações que se cristalizam no interior do partido revolucionário (que inevitavelmente influenciam a forma de relação do partido com seu ambiente exterior) cumprem papel fundamental no processo de educação para uma nova cultura e de “deseducação” das relações e valores burgueses (práxis educativa em seu momento prático). A vida interior do partido é um combate incessante contra essa herança capitalista em que se busca construir o germe de novas relações societárias que só poderão se realizar plenamente com a superação do modo capitalista de produção. Essa luta interna ao partido é tão mais completa e intensa quanto mais intensamente e completamente se envolve o militante revolucionário nas atividades partidárias. O conjunto da personalidade do indivíduo deve estar toda conectada às atividades do partido, permitindo, assim, ser questionada por todas essas relações, ser posta em contradição. O partido revolucionário utiliza o seu membro, “leva-o a expandir-se, e julga-o”, rasgando nele “os invólucros reificados que, na sociedade capitalista, enevoam a consciência do indivíduo.” (LUKÁCS In: FORNAZIERI, 1987, pp. 80-81).

Os dirigentes, como Lênin, portanto, não são demiurgos ou personalidades exóticas e únicas (como um “líder carismático” na sociologia dos partidos de Michels⁴), mas indivíduos forjados na luta revolucionária, “ponto de convergência de um vasto movimento revolucionário” (MACCIOCCHI, 1977, p. 84). Assim, também, o partido revolucionário leninista não é o sujeito da revolução, mas sua parte mais consciente e capaz, agindo como educador, mas também como educando em relação à classe e ao ambiente. Logo, “o dirigente, o partido, são elementos da classe operária, são uma parte da classe operária” (GRAMSCI apud MACCIOCCHI, 1977, p. 84).

A autonomia organizacional do partido revolucionário em relação às massas é fundamental para que o proletariado possa tomar consciência de si como figura histórica, para que toda a classe eleve à consciência a sua própria existência como classe. Mas, em partidos cuja relação entre direção e base, entre partido e classe, apresenta-se deformada, seu funcionamento assemelha-se ao de seitas ou organizações oportunistas. No primeiro caso, há uma separação artificial “da vida e da evolução da classe à consciência de classe “correta” (como se esta pudesse subsistir num tal isolamento abstrato)”, e, no segundo caso, os oportunistas realizam “o nivelamento destas estratificações da consciência ao mais baixo nível e, no melhor dos casos, ao nível da média.” (LUKÁCS In: FORNAZIERI, 1987, p. 68). Podemos entender esses dois tipos de deformação como, respectivamente, vanguardismo (em que o pólo teórico se destaca das contradições práticas da base partidária ou da classe), e basismo (quando as contradições imediatas da base ou da classe subjagam o pólo teórico).

A relação estruturante da práxis educativa dentro do partido é a relação entre direção e base, que por sua vez se estabelece a partir da estrutura organizativa determinada em grande medida pelo “centralismo democrático”. O centralismo democrático estabelece é um mecanismo pedagógico e organizativo que propõe o máximo de liberdade e democracia

⁴ Robert Michels (1876, 1936) foi um sociólogo alemão que analisou o comportamento político das elites intelectuais, tornando-se conhecido pela sua obra “Sociologia dos partidos políticos” (1915) em que desenvolve a “lei de ferro da oligarquização”: toda organização, em seu processo de crescimento, estaria fadada a burocratização e separação estanque do grupo dirigente da base de sua organização.

no período de discussão e o máximo de unidade na ação, após a discussão, votação e resolução.

O “centralismo democrático” possui em si os dois elementos que Gramsci aponta como fundantes do processo educativo moderno, constituintes fundamentais do processo hegemônico: a coerção e o consenso. “Consenso”, aqui, não se entenda como necessidade de que os debatedores cheguem a um consenso, mas como momento democrático em que diferentes posições podem se confrontar livremente e expor suas divergências e acordos. A coerção é o momento do centralismo, em que aqueles que foram “derrotados” no debate são “obrigados”, pelo livre acordo com os princípios de funcionamento do partido, a aceitar a posição vencedora (da maioria) e agir de acordo com as resoluções.

O centralismo democrático permite que o ser coletivo mantenha sua força, constituída pela unidade da vontade coletiva. Caso contrário, as vontades se fragmentam e agem isoladamente fazendo com que a organização retroceda ao estágio anterior de heterogeneidade, onde há poucas possibilidades de ação conjunta. O centralismo democrático permite, igualmente, a troca, o diálogo, o conflito, tão necessário para a relação educativa revolucionária entre direção e base.

Mas o centralismo democrático não está isento de desvios. Gramsci, mesmo entendendo que o partido revolucionário - enquanto vanguarda da classe operária - é estruturado a partir de princípios e da disciplina, advertia sobre o risco de que o fiel da balança entre o centralismo e a democracia recaísse sobre o primeiro, permitindo a instalação de práticas autoritárias e conseqüente burocratização da estrutura partidária. Para Gramsci, o partido só representa a vontade coletiva se o momento “democrático” se realiza plenamente: ampla circulação de idéias entre os militantes e formação que garanta a compreensão teórica e política dos debates. Deve-se buscar, constantemente, que os militantes de base deixem de ser meros executantes e se tornem deliberadores. Por isso mesmo, o centralismo democrático deve ser, segundo Gramsci,

uma contínua adequação da organização ao movimento real, uma capacidade de temperar os impulsos da base com o comando do alto, uma inserção contínua dos elementos que desabrocham do mais profundo das massas no quadro sólido do aparato da direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências. (GRAMSCI apud MACIOCCHI, 1977, p. 173).

Mas quem, em última instância, pode garantir esse equilíbrio dinâmico entre a teoria que “tempera” os impulsos da base e a prática que “assegura a acumulação regular de experiências”? Esta pergunta nos coloca diante de um dilema pedagógico. Observemos melhor como esse dilema se manifesta no centralismo democrático.

Em uma reunião deliberativa do partido, o tempo de discussão influencia diretamente a qualidade da resolução. Mas, certamente, não há tempo para que todos possam compreender completamente as questões em pauta, até porque a diferença de experiência e conhecimento entre os membros do partido exigiria que a assembléia fosse transformada em um curso de formação teórica, o que não é exequível. É preciso, portanto, estabelecer um tempo médio que permita que o debate se efetive e não se configure apenas como uma encenação. Há uma tensão, portanto, entre a necessidade de dar resposta prática às demandas da realidade (que pressiona para que se reduza o tempo de debate e se passe rapidamente à ação) e a necessidade de estabelecer amplo e profundo debate, construindo

assim a racionalidade da decisão que será obedecida, inclusive, por aqueles contrários a ela. Mas quem determina a duração desse debate? Em geral, é a direção em suas diversas instâncias. O educador/dirigente, diante de um debate que acredite imaturo, pode cortar ou encurtar a discussão. E caso sua avaliação esteja errada?⁵

Os desvios possíveis do centralismo democrático escancaram esse dilema fundante da relação entre teoria e prática, dirigente e dirigido, que nomeamos, aqui, de “dilema da práxis educativa revolucionária”. Em uma relação educativa o educador detém a autoridade (coerção) para dirigir o processo educativo através de uma práxis revolucionária que permita, ao longo de seu desenvolvimento, que os educandos se realizem enquanto seres autônomos e possam participar de forma mais íntegra na decisão dos rumos do próprio processo educativo. O centro do dilema pode-se resumir nesta questão: Quem determina quando o educando adquiriu autonomia suficiente para decidir sobre o processo educativo? O educador? Educador e educandos juntos?⁶

CONCLUSÃO

Como vimos ao longo de todo este estudo, há sem dúvida a necessidade de propor um novo conformismo societário (comunismo) através de um pólo educador consciente (intelectual, partido, Estado socialista). Para que essa práxis educativa se torne revolucionária, deve-se buscar a unidade em seus momentos teórico e prático - só possível através de um organismo coletivo -, gerando novo conhecimento e prática revolucionários que permitam a construção da hegemonia proletária. A práxis educativa revolucionária é constituída, em seu eixo pedagógico, por uma tensão constante entre coerção e convencimento que se complexifica à medida que a relação se aprofunda e os educandos adquirem maior autonomia. Esse processo é constantemente ameaçado por deformações próprias das contradições do sistema capitalista. Dentre essas deformações, a mais perigosa é a que envolve a práxis educativa entre direção e base no partido revolucionário e seu elemento estruturante, o centralismo democrático. Verificamos a existência do “dilema pedagógico da práxis educativa revolucionária” que pode, se mal equacionado, deformar a práxis educativa em todos os níveis de relação: entre dirigentes e dirigidos; direção e base; partido e classe; Estado socialista e massas.

Seria a existência do “dilema da práxis educativa revolucionária” uma indicação de que a crítica dos anarquistas e das correntes do socialismo democrático (Nova Esquerda) ao modelo leninista de organização estariam corretas? Acreditamos, por tudo que foi exposto ao longo desta pesquisa, partindo do pensamento de um dos maiores pensadores marxistas, Antonio Gramsci, que não. Não há outra forma de superar a contradição entre capital e trabalho (e, portanto, a contradição entre os que pensam e os que fazem) sem enfrentar a tensão própria desse dilema pedagógico. Negar-se a assumir a direção desse processo

⁵ Há exemplos no processo revolucionário russo, como em alguns debates entre os bolcheviques e grupos de oposição internos ao partido ("Comunistas de Esquerda", os "Centralistas Democráticos", a "Oposição Operária"), após a revolução russa, em que essa questão acerca do possível abuso do poder do educador/dirigente (no caso, a fração bolchevique era a maioria) ainda hoje é discutida (a partir de 1921, foram proibidas as frações dissidentes dentro do Partido Bolchevique). Apesar das diferenças entre estes grupos oposicionistas e do período em que surgiram, eles questionavam a política bolchevique e criticavam a burocratização, defendendo a autonomia proletária.

⁶ Esse mesmo dilema pode ser transposto para o período de transição ao comunismo, em que o Estado socialista passa a funcionar como educador coletivo.

educativo revolucionário é aceitar a reprodução contínua do dilema, a separação permanente entre dirigentes/educadores e dirigidos/educandos. Reafirmamos, portanto, junto com Gramsci, a necessidade do partido revolucionário como educador coletivo, vanguarda orgânica à classe trabalhadora. Contudo, é importante atentar para a autocrítica de Gramsci às formas organizativas produzidas pelos comunistas ao revalorizar o processo de hegemonia, a estrutura organizativa e a práxis educativa revolucionária entre dirigente e dirigido.

É fato que a esquerda revolucionária mundial vive um período de reorganização teórica e prática, buscando compreender os problemas dos processos revolucionários - em especial do processo russo - e a nova realidade capitalista baseada na reestruturação produtiva e no avanço neoliberal (ANTUNES, 1999). No entanto, mesmo que o desenvolvimento do capitalismo mundial, hoje, encontre-se em um patamar diferente daquele vivido por Marx, acreditamos que, em sua essência, a realidade da exploração do homem pelo próprio homem a partir da divisão social em classes engendrada pela centralidade da contradição entre capital e trabalho, se mantém (ANTUNES, 1995). No mesmo sentido, apesar da grande quantidade de críticas desferidas contra o pensamento do líder bolchevique, este continua, até os dias de hoje, referência fundamental para a organização partidária marxista⁷ mesmo quando se busca superá-lo⁸.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999

BROCCOLI, Angelo. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia.** Sacramento: Editorial Nueva Imagem, 1977.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

DALTON, Roque. **Un libro rojo para Lenin.** México: Ocean Sur, 2010.

GENRO, Tarso; WU, Vinicius. **Esquerda renovada:** subsídios para uma nova ação estratégica do PT. Disponível em <http://leituraglobal.files.wordpress.com/2009/08/esquerdarenovada-final1.pdf> Acesso em: 05 de fev 2011.

⁷ “Essas posições diversas [sobre as diferentes avaliações atuais da teoria leninista do partido] coincidem, não obstante suas divergências, no reconhecimento da vigência – em seus aspectos fundamentais – do modelo organizativo de Lênin.” e, ainda, “Ninguém ofereceu, além de críticas e retoques, uma teoria que possa se confrontar seriamente com ela [teoria leninista de partido].” (VÁSQUEZ, 2007, p. 324).

⁸ O PT (Partido dos Trabalhadores) e, mais recentemente, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no Brasil, exemplificam essa postura.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, vol. 1, edição de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Escritos Políticos**, vol. 2, edição de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Cadernos do cárcere**, vol. 1, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Cadernos do cárcere**, vol. 2, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do cárcere**, vol. 3, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

LÊNIN, V. I. Em memória de J. V. Sverdlov. in Fellipe, Moreno. **Teoria e organização do partido – coletânea de textos de Lênin, Trotsky e Moreno**. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sunderman, 2006

_____. **Partido Proletário de Novo Tipo**. Lisboa: Avante, 1975.

_____. **Un paso adelante, dos pasos atrás**, In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Carago, 1959.

LUKÁCS, Georg. “Notas metodológicas sobre a questão da organização”. In: FORNAZIERI, Aldo (ed.). **Teoria do partido revolucionário**. São Paulo: Brasil Debates, 1987.

MACCIOCCI, Maria-Antonieta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

MANDEL, Ernest. **Teoria leninista de organização**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1979.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAGAZZINI, Dario. **Teoria da Personalidade na sociedade de massas**: A contribuição de Gramsci. Campinas, SP, Autores Associados, 2005

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 41.^a ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2005.